

Administração vai fiscalizar

O administrador regional de Brasília, Haroldo Meira, prometeu mandar fiscais para verificar a situação da Jarjour Veículos e da Panificadora Santo Antônio. Ele já antecipou que a administração fará um estudo nos processos dos dois estabelecimentos, para verificar se em gestões anteriores houve a concessão de algum tipo de autorização que permita a utilização da área pública.

Caso seja constatada a irregularidade, as duas empresas poderão receber multas de até Cr\$ 100 mil. Mas o próprio diretor da Divisão de Fiscalização da administração, Paulo Costa, admite que a situação é insólita. "Fica difícil atuar nesses casos, porque a invasão de áreas chegou a tal ponto que os infratores podem recorrer à Justiça, alegando a existência de outras invasões. Enquanto não forem definidas regras claras para a ocupação de áreas públicas, a administração regional só pode atuar para evitar o surgimento de novas invasões".

"A administração é um órgão executivo. Nós só podemos fazer

alguma coisa em cima do que está escrito", explica Haroldo Meira. Mesmo assim, a atuação da fiscalização é prejudicada porque muitas invasões acontecem durante a noite ou nos finais de semana. "Depois que a invasão já é uma realidade, torna-se quase impossível reverter a situação, por causa das indefinições nesse campo", diz Meira.

Momento — Haroldo Meira considera o momento ideal para que se promova uma grande discussão sobre as invasões públicas, envolvendo o GDF, a Câmara Legislativa e a comunidade. "A cidade foi projetada em 1955 e hoje a realidade é outra. Alguns pontos precisam ser revistos". Para ele, somente um novo Código de Edificações e Posturas, elaborado a partir de ampla discussão, resolverá o problema.

Meira argumenta que o processo de ocupação de áreas de domínio público é reflexo do crescimento da cidade. "Na Asa Norte, por exemplo, as ocorrências dessa prática são menores porque os projetos arquitetônicos são mais novos", analisa.